

35° Encontro Anual da ANPOCS
GT 02: Comportamento Político

**Comportamento Político em questão: Uma análise
exploratória a partir do Projeto POLITEIA**

Lizie Câmara Moita de Andrade* - IESP/UERJ
liziecâmara@gmail.com

*Bolsista do CNPQ

Resumo

Esse trabalho apresenta uma análise exploratória sobre o que a participação no Projeto POLITEIA – projeto de simulação da Câmara dos Deputados - pode causar no comportamento político de jovens em formação acadêmica. Partindo da existência de uma crise da representação e acreditando que essa é causada pelo desconhecimento da linguagem política, do sistema político, da atuação dos atores político e da prática política como um todo, questiona-se se projetos como esse podem ser capazes de combater a apatia política. Sendo assim, o projeto seria uma forma de adquirir capital político e diminuir a distância entre o campo político e o restante da sociedade.

Palavras-chave: Representação; POLITEIA; Processo Legislativo; Câmara dos Deputados; Comportamento Político.

Comportamento Político em questão: Uma análise exploratória do Projeto POLITEIA

O POLITEIA ¹ é um projeto de extensão que tem por objetivo mudar a visão dos universitários sobre a política e mais especificamente sobre o poder legislativo brasileiro. Além disso, o projeto, também, pretende preencher a lacuna de formação cidadã existente na formação em diversos cursos universitários, inclusive nos mais improváveis como o Curso de Ciência Política. Com o advento da especialização, os indivíduos se enfocam cada vez mais em suas áreas e ignoram o conhecimento básico sobre o Sistema Político em que se inserem.

¹ POLITEIA era um termo usado na Grécia para designar as cidades-estado (pólis) que possuíam uma assembleia de cidadãos como parte de seu processo político. Para Aristóteles, POLITEIA é uma espécie de governo que parte do pressuposto de que todos são iguais sob determinados aspectos e se assim o são também serão em outros o que é o ponto de partida para a igualdade absoluta. O nome do projeto foi dado em seu surgimento, em 2003, e foi adotado novamente em seu ressurgimento. Não se sabe exatamente o porquê da escolha desse nome, mas é possível que tenha algo a ver com as ideias acima.

Para cumprir tais objetivos, realiza-se anualmente, promovido por estudantes da Universidade de Brasília, com apoio do Instituto de Ciência Política e da Câmara dos Deputados o POLITEIA. O projeto se dá em quatro etapas:

1. Preparação da equipe da organização do Projeto POLITEIA, organização do evento, inscrições dos participantes – duração cerca de seis meses.
2. Treinamento dos participantes e eleição dos líderes de partidos – duração de dois dias;
3. Preparação de Projetos de Lei e pareceres do relator, correção da equipe organizadora – duração de aproximadamente 20 dias.
4. Simulação in loco das Comissões e Plenário da Câmara dos Deputados – duração quatro dias.

Esse trabalho surge a partir do acompanhamento de duas edições do POLITEIA.² Durante os eventos observa-se que muitas características da realidade são curiosamente reproduzidas. Constando-se isso conclui que a descrição do funcionamento do Projeto POLITEIA e a análise de seu impacto no comportamento político dos participantes seria uma importante ferramenta de pesquisa.

Para não se restringir a um trabalho descritivo, esse trabalho pretende, a partir do desenvolvimento da crítica feita por Bourdieu, em “A Distinção”, desenvolver o argumento de que indivíduos que participaram do POLITEIA têm maior probabilidade de se aproximar do campo político, uma vez que desenvolvem uma familiaridade com a linguagem utilizada nesse campo. Esse aumento na probabilidade se dá pelo incremento a sua credibilidade nos processos de participação e representação que ocorre no decorrer e após a participação no projeto.

Para discutir esse argumento, faz-se uso do método da diferença de John Stuart Mill. Aplicam-se questionários a dois grupos que tem como única diferença a participação ou não do evento. Os questionários têm um teor investigativo acerca do sentimento dos entrevistados sobre a sua aptidão ou não quanto à participação política e sobre o sentir-se ou não representados.

² Além das duas edições acompanhadas – em 2009 e 2010 – e utilizadas para a realização desse trabalho, ocorreram 3 edições entre 2003 e 2004 das quais não foram encontrados registros e 1 edição em junho de 2011 da qual ainda não foi possível aplicar e analisar os questionários e por isso não foi incluída na análise desse artigo.

Analisando as respostas aos questionários percebe-se que os estudantes participantes do POLITEIA se sentem mais seguros para responder sobre sua aptidão para participar da política – exercendo o cargo de deputados, por exemplo – e tem maior credibilidade na representação. Além disso, percebe-se que os não participantes ignoram alguns detalhes importantes do processo legislativo – como a função de votação do orçamento do deputado – e a importância de atores como líderes e partidos no mesmo.

Esse trabalho se dividirá em quatro partes.

Na primeira parte, é discutida a crise de representação e a sua possível ligação com a linguagem política. São retomados alguns conceitos de Bourdieu, é feita uma discussão sobre democracia representativa, passando pela discussão da teoria das elites. A utilidade de assim fazê-lo é o de identificar alguns paradoxos da democracia atual e discutir possíveis ações para superá-los. Esses consistem na contradição entre uma teoria que professa a existência constante de governantes e governados e ao mesmo tempo a existência de um regime que consiste na defesa da igualdade entre indivíduos – a democracia. Discute-se a questão de a linguagem ser uma ferramenta utilizada pelos políticos – dentre outros pertencentes de outros campos – como marcador da distinção entre eles e o restante da sociedade. A discussão dessa literatura é importante para a apresentação de uma ferramenta de superação dessa barreira da linguagem.

Na segunda parte, discute-se o projeto POLITEIA em si, sobre seu funcionamento e suas características principais fazendo uma diferenciação entre a função dos organizadores do evento e dos participantes do evento. Além disso, nessa mesma parte discute-se a metodologia adotada para a realização da pesquisa, o método de Jonh Stuart Mill e a formação do questionário com os seus objetivos.

Na terceira parte, dá-se uma análise dos resultados obtidos a partir da metodologia utilizada e descrita na parte anterior.

Na quarta e última parte conclui-se e concatenam-se as ideias discutidas durante todo o artigo, além de apresentar uma possível agenda de pesquisa que utilize o projeto POLITEIA como ferramenta.

A crise de representação e a linguagem política

O abismo entre representantes e representados tem aumentado a cada dia. Os eleitores não confiam mais em seus candidatos. A escolha de um representante não diz mais respeito ao seu programa de governo, ou o programa de governo do seu partido. Os cidadãos não são mais fiéis a um partido como costumavam ser e votam a cada eleição em um partido diferente. No passado, os partidos propunham um programa político que se comprometiam a cumprir. Hoje em dia os eleitores não enxergam mais a eleição como forma de fazer com que sua demanda por políticas públicas seja suprida. (MANIN, Bernard.1995)

Tendo como objeto de estudo a mesma crise de representação de que falava Bernard Manin, Luis Felipe Miguel (2002), em “A Representação Política em 3D” aponta três evidências que sustentam tal ideia tão genérica: o declínio ao comparecimento eleitoral, ampliação da desconfiança em relação às instituições e o esvaziamento dos partidos políticos.

Segundo Bernard Manin, em “As metamorfoses do governo representativo”, um motivo para que a crise de representação seja colocada entre eleito e eleitor é o progressivo domínio da arena política por fatores técnicos que os cidadãos não dominam. A linguagem utilizada em um campo faz com que os indivíduos se distingam entre aqueles que têm competência de compreender o que está acontecendo na arena política e aqueles que não têm essa competência. Segundo Pierre Bourdieu, em seu livro “A distinção - crítica social do julgamento”, a ciência política já fez registro de que parcela significativa de entrevistados em questionários “se abstinham” de responder questões que tratassem sobre política. Essa abstenção variava de acordo com sexo, idade, se mora ou não na capital do estado, formação escolar, renda e posição social. Além dessas variáveis, que tem haver com o respondente, quanto mais politológica a linguagem da questão menor a probabilidade de ela ser respondida.

A linguagem de um campo se constituiria de forma que aqueles que fazem parte daquele campo se reconheçam como tal e aqueles que não fazem parte do mesmo se vejam como diferentes e incapazes de ser parte. Essa lógica vale para todo e qualquer campo, no entanto, ela tem uma particularidade no campo político. Diante de uma realidade de representação o indivíduo que desconhece a linguagem de um campo se torna incapaz de formular a sua própria opinião e acaba por reproduzir o discurso próprio de uma classe ou um grupo mesmo sem saber exatamente o que ele significa. Essa realidade acaba por favorecer o grupo dominante, nesse caso aquele que domina a linguagem própria do campo político e consegue formar seu próprio discurso.

Em *Considerações sobre o governo representativo*, John Stuart Mill (1861) divide os cidadãos entre ativos e passivos e esclarece que na maioria dos casos os governantes preferem os últimos, pois é mais fácil dominar aqueles que são dóceis ou indiferentes, mas a democracia precisa que os indivíduos sejam como os primeiros. Segundo Stuart Mill, a participação eleitoral faz com que os indivíduos discutam a política e com isso aprendam. Como já foi dito acima, os cidadãos a cada dia se tornam mais apáticos, logo mais passivos e com isso aprendem cada vez menos com a política. A distância entre os campos aumenta ainda mais com a apatia reinante.

Segundo Norberto Bobbio (1986), a tecnocracia atual prejudica a democracia, uma vez que na democracia todos deveriam decidir sobre tudo. A tecnocracia faz com que apenas aqueles que compreendam os processos participem das decisões, isso faz com que muitos sejam excluídos dos processos que acontecem após as eleições. As decisões de governo, ainda segundo Bobbio, em uma sociedade democrática deveriam ser publicizadas, porém com a tecnocracia no poder, a publicidade dessas é dificultada pela incompreensão, por parte dos cidadãos comuns, da técnica envolvida nos processos políticos.

Segundo muitos teóricos que seguem a teoria das elites – citando alguns Pareto, Mosca, Michels e Schumpeter – na história sempre existiram e sempre existirão aqueles que governam e aqueles que são governados. Esses teóricos se distinguem basicamente no critério que diferenciará os governantes dos governados. Os fundadores da teoria das elites, diriam que aquele grupo que é formado pelos melhores em sua área governa e que sempre será assim, que a sociedade precisa de líderes e, principalmente, que isso é natural. Schumpeter (1942) , o teórico mais contemporâneo dessa corrente, diria que o governante será aquele que venceu a competição por votos e que todos, em um governo democrático, seriam capazes de concorrer às eleições. Em contraste com o grupo dos governantes, Schumpeter descreve uma massa ignara e incapaz de fazer julgamentos e formar opiniões sem ser influenciada por líderes.

Diante dessas teorias, sempre haverá os eleitos – governantes – e a massa – governados. E para Schumpeter esse governo é democrático, uma vez que todos podem votar e receber votos. Esse autor confere às eleições o estandarte de momento mais importante da democracia, se as eleições existem e se elas não são fraudadas a sociedade é democrática. Luis Felipe Miguel (2002) critica Schumpeter atestando que diante da inexistência de uma democracia verdadeira, ou de uma sociedade que se situasse próxima a um ideal – em que os todos os indivíduos participassem de todas as decisões – a teoria schumpeteriana simplesmente forjou a ideia de democracia diante da realidade existente. Ou seja, Schumpeter fez com que se acreditasse que a sociedade é democrática e que diante disso a mesma se conformasse, uma vez que não seria legítimo desejar um governo melhor do que a dita “democracia”.

Schumpeter nega toda e qualquer teoria democrática anterior e situa todas elas como Teoria Clássica da Democracia. Segundo essa teoria, a democracia serviria ao bem comum. Focando a sua análise no indivíduo, questiona a ideia de bem comum visto que a

cada indivíduo caberia um conceito próprio e o defenderia em detrimento do de todos os outros. Logo, a democracia clássica seria impraticável.

O enfoque de Schumpeter nas eleições, no entanto, ignora a possibilidade de que os indivíduos participem do governo em outro momento que não na disputa eleitoral. De acordo com seu ponto de vista, o único momento em que a população poderia cobrar *accountability*³ de seu candidato seria a eleição. Essa visão de democracia afasta ainda mais o indivíduo da política e o torna ainda mais passivo, uma vez que participará dela de tempos em tempos e o processo educativo do qual Stuart Mill assinalava é interrompido drasticamente sempre que formado outro governo.

Voltando a Pierre Bourdieu, a familiarização de um indivíduo com uma situação, ou uma linguagem, ou uma série de processos se dá de acordo com a sua vivência, ou utilizando a linguagem do próprio autor de acordo com a sua classe incorporada, a partir das condições materiais de existência de um indivíduo. A isso o autor chama de *habitus*. De acordo com o mesmo, um indivíduo só conseguirá fazer parte de um campo e ser reconhecido como parte dele uma vez que tenha o *habitus* próprio desse.

O Projeto POLITEIA é um projeto de simulação da Câmara dos Deputados do Brasil que detalharei mais adiante, em que os indivíduos parte do campo universitário reproduzem acontecimentos do campo político. Durante essa simulação, os indivíduos agem como se tivessem o *habitus* próprio desse campo. A questão que me coloco é se um treinamento, ou a informação, ou melhor, a educação em linguagem do campo político pode fazer com que o indivíduo se sinta parte de um campo mesmo sem de fato sê-lo.

³ De acordo com Guilherme O'Donnell *accountability* seria a ideia de que “de alguma forma o representante é responsável pela forma que age em nome daqueles que o conferiram o título(...) essa *accountability* pode ser vertical, em relação àqueles que o elegeram para o cargo – exceto, retrospectivamente, em tempos de eleição – ou horizontal, em relação a uma rede de poderes autônomos relativos que tem a capacidade de chamar a atenção para uma questão e eventualmente de punir comportamentos impróprios praticados pelo representante para se eximir das suas responsabilidades.”(tradução minha).

Outro conceito importante que Bourdieu cria é o de capital político. Dentro de um campo, os indivíduos que tem maior poder são aqueles com mais capital. Para um indivíduo entrar em um campo ele precisa necessariamente de ter algum capital. Esse capital pode ser conhecimento técnico, poder de barganha, dinheiro, relações pessoais, fama e etc. O Projeto POLITEIA poderia oferecer certo capital político aos que participam dele uma vez que o treinamento e prática o confeririam mais conhecimento técnico do que têm aqueles que nunca participaram de nenhuma atividade do tipo. Além disso, o indivíduo que participou do POLITEIA se sente mais a vontade no ambiente e constrói uma série de conexões sociais que permitem com que ele se sinta mais apto a participar da política ativamente.

A apatia política é criada por uma falta de familiaridade com a linguagem política e pela falta de paciência para adquirir familiaridade. Tal apatia, como foi citado, tem sérias conseqüências para o sistema democrático, uma vez que facilita o domínio daqueles que possuem o capital político necessário sobre aqueles que não detêm esse capital. A especialização científica na universidade faz com o que o indivíduo se torne ainda mais apático às questões políticas, pois tem tanta coisa para se preocupar dentro da sua área que não se preocupa em entender o que acontece fora de seu campo, no campo político.

Diante desse contexto teórico, o POLITEIA seria uma forma de combater a crise de representação e acabar com a apatia política causada pela falta de capital a que os indivíduos estão habituados. Iniciativas como esse projeto seriam capazes de criar artificialmente um *habitus* próprio do campo político naqueles que não teriam outra forma de adquiri-lo. Assim, a ideia elitista de que sempre existirão governantes e governados e isso se dá naturalmente poderá ser superada pela aquisição de capital político por meio da educação.

O domínio da arena política por fatores técnicos não é o único fator causador da crise de representação, mas é um dos mais importantes. Tanto Manin quanto Bobbio têm razão quanto a isso, mas a visão de ambos sobre a democracia é utópica e impraticável. Concordo com eles quanto a existência da crise de representação e do perigo do domínio das arenas políticas por fatores técnicos. No entanto, não se pode ignorar o fato de que a participação política tem tido mais espaço no Brasil desde 1988, com a chamada Constituição Cidadã. É importante dar atenção a questão levantada por Luis Felipe Miguel sobre a formação da Agenda Pública, os pontos componentes dessa agenda e a forma como eles são postos fazem com que a cada dia o indivíduo, além de não ter domínio dos temas técnicos acaba não tendo noção do que acha importante ou não ser discutido. O conhecimento do sistema político, da prática política e da linguagem utilizada nesses meios pode colaborar para que o indivíduo tenha maior controle sobre a sua hierarquização de assuntos que importam ou não se tornando menos reféns da mídia e de grupos de pressão.

Na próxima parte, discuto a metodologia utilizada para investigar se o POLITEIA realmente tem o efeito esperado e o que de fato é esse projeto.

O que é o POLITEIA?

O Projeto POLITEIA consiste em uma simulação das atividades da Câmara dos Deputados por universitários. Os estudantes são divididos entre partidos e comissões. No primeiro projeto, em 2009, tanto as comissões quanto os partidos eram elencados em ordem de preferência e a organização do projeto designava quem entraria em cada partido e comissão de acordo com a ordem de adesão ao projeto – por meio do pagamento da taxa de participação. Em 2010, os partidos continuavam sendo designados dessa forma, no entanto, quem decidia em que comissão o estudante simularia era o líder

do seu partido. Esse era escolhido por todos os seus partidários na primeira reunião do partido 20 dias antes da simulação in loco – Câmara dos Deputados - , no último dia de treinamento.

No treinamento, os estudantes são submetidos a informações que vão desde ao sistema político brasileiro, de forma que se entenda o papel do poder legislativo nesse sistema, até as peculiaridades técnicas da Câmara dos Deputados. Passando por noções processuais amplas de todos os tipos de proposição legislativa em ambas as casas e todos os poderes. O treinamento, também, esclarece todas as funções dos deputados, as que serão simuladas e as que não serão. Os estudantes são treinados sobre como produzir as proposições legislativas, quais as suas características textuais, quais temáticas podem ou não ser abordadas por cada uma delas, quem tem a prerrogativa de apresentá-las e etc.

Definidos em que comissão e partido simularão e treinados a cada deputado é pedido que apresente um projeto de lei ordinário ou complementar.⁴ Apresentada a proposição, a organização julga se está adequada às normas e se é da prerrogativa do Deputado apresentá-la e despacha para um relator membro da primeira Comissão pela qual ela passará. Os deputados têm cerca de uma semana para preparar o parecer do relator e enviar à organização para que essa verifique o formato do parecer. Os relatores das comissões posteriores são designados pelo presidente das mesmas.

Feitos esses procedimentos, é dado início à simulação in loco. No primeiro momento, são feitas as eleições para as mesas das comissões e da casa. As eleições ocorrem após à reunião do colégio dos líderes em que são definidos os candidatos seguindo a regra de proporcionalidade.⁵ Os presidentes e vice-presidentes das Comissões

⁴ Em 2009, permitia-se a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, no entanto, por questões de tempo essas tramitavam como Projeto de Lei Complementar em apenas um turno. O que a diferenciava era apenas o quórum qualificado.

⁵ A regra da proporcionalidade funciona da seguinte maneira, os partidos com x% das cadeiras ocupam x% das vagas da mesa. Os cargos têm peso, de tal forma que os cargos mais relevantes, como presidências das Comissões por quais passam todos os projetos – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e

são eleitos por votação majoritária interna às Comissões. Os cargos da mesa da casa – Presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 3º secretário e 4º secretário – são por votação majoritária, em chapas, na qual votam todos os deputados.

Eleitas as mesas, os presidentes definem as pautas das comissões e dá-se início aos trabalhos. Os projetos que foram despachados pela organização para pelo menos uma Comissão e no máximo três, começam a tramitar. A organização define no despacho se o projeto tem apreciação conclusiva ou vai a plenário. Caso a apreciação do projeto seja despachada como conclusiva e ela tiver parecer divergente entre as Comissões de mérito, ela vai a Plenário. Concluído o trâmite nas Comissões os projetos que tem de ir a Plenário vão e lá são discutidos e votados.

Durante a observação de duas edições foram perceptíveis algumas diferenças internas que são apresentadas na Tabela 1. Em 2009, a diferença marcante é a inexperiência da organização, que apesar de ter no geral uma boa avaliação dos participantes, conseguiu detectar várias falhas corrigidas em parte para 2010. As correções feitas de 2009 para 2010 foram de tal forma a diminuir a influência da organização nas decisões políticas tomadas e aumentar a autonomia dos participantes. Além disso, com a criação da imprensa pode-se observar maior semelhança com a realidade, o que sempre foi objetivo dos organizadores do projeto.

Tabela 1 – Informações e diferenças entre edições do POLITEIA

	POLITEIA 2009	POLITEIA 2010
PARTIDOS (nº de participantes)*	PMDB (30) PSDB (10) PT (25)	PMDB (20) PSDB (13) PT (18)

Comissão de Finanças e Tributação – ficam com os partidos maiores. A regra da proporcionalidade não se aplica à presidência da casa. Qualquer deputado pode lançar candidatura avulsa à presidência da casa.

	DEM (10) PSB (5)	DEM (13) PV (10)
COMISSÕES	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Comissão de Educação e Cultura (CEC) Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) Comissão Especial de Reforma Política (CERP)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Comissão de Educação e Cultura (CEC) Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC) Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
PRERROGATIVAS DA ORGANIZAÇÃO	Distribuição em Comissões; Distribuição em Partidos; Despacho de proposições às Comissões Estabelecimento e fiscalização das regras do Regimento Interno; Designação do relator da primeira Comissão; Escolha das Comissões e Partidos a serem simulados; Assessoria dos líderes dos partidos e dos presidentes da Comissão e do Plenário.	Distribuição em Partidos; Despacho de proposições às Comissões Estabelecimento e fiscalização das regras; Designação do relator da primeira Comissão; Escolha das Comissões e Partidos a serem simulados; Assessoria dos líderes dos partidos e dos presidentes da Comissão e do Plenário.
PRERROGATIVAS DOS PARTICIPANTES	Elaboração de proposições; Elaboração de pareceres sobre proposições; Ocupação de cargos da mesa; Formulação de Agenda; Eleição do líder; Discussão das proposições; Votação de proposições.	Elaboração de proposições; Elaboração de pareceres sobre proposições; Ocupação de cargos da mesa; Formulação de Agenda; Eleição do líder; Discussão das proposições; Votação de proposições; Distribuição em Comissões.
DOCUMENTOS PARA CONSULTA	Guia de Estudos do POLITEIA Regimento Interno da Câmara dos Deputados	Guia de Estudos do POLITEIA Regimento Interno da Câmara dos Deputados

	(RICD)	(RICD) Regimento Interno do POLITEIA (RIP)
NÚMERO DE PARTICIPANTES	80	74**
DIFERENCIAL MARCANTE	Primeira edição da nova organização	Primeira edição com imprensa simulada.

* O número de cadeiras por partido em ambas as edições tentava seguir a proporção real, exagerando os números do partido menor de tal forma que ele tivesse alguma representação ainda que minoritária. Ou seja, junto com outro partido grande conseguisse ganhar do maior.

** Além dos 74, participantes como Deputados, nessa edição também participaram 7 estudantes como repórteres, fazendo as vezes de imprensa. O número é menor nessa edição porque as inscrições ocorreram durante período de greve da Universidade de Brasília, de onde provém a maioria dos participantes.

Além de tornar o projeto cada vez mais similar à realidade institucionalmente, percebeu-se durante a Simulação que muitos processos informais se reproduziam fielmente. Diante desse fator, surgiu a curiosidade de descrever o POLITEIA detalhadamente, para que posteriormente pudessem ser feitos estudos sobre esse fenômeno. Essa descrição é feita em outro trabalho⁶, nesse trabalho o que se pretende é analisar o impacto da participação no projeto descrito acima para a segurança de afirmar aptidão em participar da política e na crença na representação.

Como observar O POLITEIA como diferença

Para investigar o impacto que a participação em um projeto como o POLITEIA causa na familiaridade dos estudantes com a linguagem do campo político e por sua vez na aptidão em participar das atividades desse mesmo campo utiliza-se o método da diferença de John Stuart Mill.

Jonh Stuart Mill enunciou dois tipos de métodos para a realização de pesquisas comparativas: o método da semelhança (*method of agreement*) e o método da diferença (*method of difference*). No método da semelhança, quando dois ou mais casos de um

⁶ Ver CÂMARA, Lizie. *Comportamento Político em questão: Uma análise exploratória do Projeto POLITEIA*. Monografia (Graduação). Universidade de Brasília. Brasília, DF. 2011.

fenômeno apresentado possuem em comum possíveis causas, se existe uma causa em que todos os casos coincidem essa é a causa do fenômeno. O método da diferença, parte de um fator crucial que é a diferença entre dois casos, que podem ser dois países ou dois estados, se todos os outros fatores coincidem e apenas o fator crucial é diferente um fenômeno diferente entre os dois objetos de estudo pode ser explicado pelo fator crucial. Quando isso ocorre entre dois objetos de estudo é mais relevante estudar a diferença entre os dois – no caso o fator crucial – do que as suas diversas semelhanças (Ragin, 1987).

Observe as tabelas 2 e 3 para um exemplo ilustrativo dos métodos.

Tabela 2 – O Método da Semelhança

Caso 1	Caso 2	Caso n	
A	D	G	} Fatores causais diferentes
B	E	H	
C	F	I	
X	X	X	} Similaridade Crucial
Y	Y	Y	

X é a variável causal e Y a variável a ser explicada.

Tabela 3 – O Método da Diferença

Caso Positivo	Caso Negativo	
A	A	} Fatores causais similares
B	B	
C	C	
X	Sem X	} Diferença Crucial
Y	Sem Y	

X é a variável causal e Y a variável a ser explicada.

investigar de forma comparativa as Políticas Estaduais de Qualificação Profissional

⁷ Denilson Bandeira Côelho é professor adjunto da Universidade de Brasília e foi orientador da Monografia de graduação com mesmo título.

(PEQs) dos Estados da Bahia e Pernambuco com o objetivo de entender que razões levam os Governos Estaduais a terem resultados tão díspares em relação à aplicação de tal política pública se a estruturas de incentivos oriunda do Governo Federal é tão semelhante.

O questionamento deste trabalho parte de uma lógica diferente. Será que estudantes universitários de formação muito parecida podem ter a sua visão e ação acerca da política alterada pela participação em um projeto de simulação da Câmara dos Deputados? Ou seja, grupos semelhantes de estudantes terão comportamento diferente perante a política se tiverem uma diferença crucial: a participação do POLITEIA.

A hipótese desse trabalho é que aqueles estudantes que participam de projetos similares ao POLITEIA se sentem mais seguros ao lidar com questões que tratam sobre participação e representação política. Além disso, pelo fato de sentirem mais seguros em relação a essas questões, esses também têm maior credibilidade no mecanismo da representação.

Para aplicar o método de Mill ao que é investigado, foram formados dois grupos de 40 alunos universitários. Para formá-los, a divisão por sexo, idade e curso de todos os alunos que participaram do Projeto POLITEIA, na edição de 2009 e na edição de 2010, foi levada em consideração. Esse grupo foi reproduzido em dois grupos de 40 alunos, sendo a única diferença entre os dois grupos a participação ou não do Projeto – observe a tabela 4.

A seleção de quem participaria de cada grupo foi aleatória. Com acesso a uma lista de alunos participantes do POLITEIA em 2009 e 2010 e uma tabela de números aleatórios, foi realizado um sorteio de forma que o grupo sorteado mantivesse as mesmas características do grupo maior. Ou seja, da lista de todos os nomes foram retiradas pequenas listas dos cursos, dessas listas sorteei 40% de mulheres e 60% dos homens,

sendo que todo o grupo tinha a idade entre 18 e 26 anos. O mesmo processo foi feito para os que não participaram do POLITEIA, mas a lista era de alunos matriculados na Universidade de Brasília(UnB) em 2º/2010. Como a maioria dos participantes do POLITEIA é estudante da UnB – cerca de 80% - o fato do sorteio ter sido feito apenas com alunos desse grupo não altera o resultado da investigação.

Sorteados os estudantes para participar dos grupos, um questionário foi aplicado para ambos sem contar quais as diferença entre os grupos a eles. O questionário foi elaborado em uma ferramenta do Google, chamada *google form*, que permite que o indivíduo responda o questionário em sua própria caixa de emails e que os dados sejam enviados para o pesquisador automaticamente. Tendo enviado 80 questionários, obtive 25 respostas em duas semanas. Essa quantidade de respostas equivale a uma taxa de respostas de 31,25% que de acordo com a Associação de Estatística ultrapassa a taxa normal de respostas para questionários enviados por email.

O questionário segue em anexo, ele foi composto por questões abertas e fechadas. Algumas de múltipla escolha, outras para escolher mais de uma resposta dentre várias e outras para responder abertamente. O objetivo das questões fechadas era poder fazer uma análise quantitativa. Com as questões em que era permitido dar mais de uma resposta o objetivo era verificar as coincidências e divergências entre as respostas interna e externamente aos grupos. A intenção das questões abertas era verificar se aqueles que participaram do POLITEIA responderiam com mais segurança do que os que não participaram e se usariam mais termos próprios da linguagem política.

Tabela 4 – Método da diferença aplicado ao caso

POLITEIA	Não POLITEIA	
60 % homens	60% homens	} Fatores Causais Similares
40 % mulheres	40% mulheres	
Idade entre 18 e 26 anos	Idade entre 18 e 26 anos	
44% de alunos de Ciência Política	44% de alunos de Ciência Política	
13 % de alunos de Ciências Sociais	13 % de alunos de Ciências Sociais	
13% de alunos de Direito	13% de alunos de Direito	
14% de alunos de Relações Internacionais	14% de alunos de Relações Internacionais	
16% de alunos de outros cursos	16% de alunos de outros cursos	
Participantes do POLITEIA	Não participantes do POLITEIA	
Segurança em relação a assuntos de representação e participação política	Insegurança em relação a assuntos de representação e participação política	
		} Hipótese

A diferença do POLITEIA

Ao realizar uma análise das respostas do questionário aplicado, observei que cerca de 92% dos estudantes que não participaram do POLITEIA se sentem aptos a participar da política, enquanto 85% daqueles que participaram do POLITEIA afirmam se sentir aptos. Apenas um estudante respondeu não se sentir apto a participar da política – esse estudante participou do POLITEIA -, aqueles que não afirmaram se sentir aptos responderam que não sabiam se sentiam aptos ou não. O número daqueles que não sabem se estão ou não aptos é maior dentre aqueles que não participaram do POLITEIA. Diante

desses dados pode-se acreditar que a formação dada pelo ensino brasileiro àqueles que conseguem chegar a universidade é incentivadora da participação e pode-se afirmar, também, que aqueles que conhecem melhor a realidade do congresso participando do POLITEIA se sentem mais seguros para afirmar se estão ou não aptos a participar do processo político, talvez por conhecer melhor esse processo.

Quando a questão é quanto à participação em uma eleição para deputado federal, a insegurança daqueles que não participaram do POLITEIA é ainda maior, 33,33% daqueles que não participaram do POLITEIA afirmam não saber se sentem aptos ou não a se candidatar ao cargo de Deputado Federal. Esse número diminui para 7,69% quando o universitário participou do POLITEIA. Coincidentemente, a porcentagem daqueles que afirmam se sentir aptos e daqueles que afirmam não se sentir aptos é igual, em ambos os grupos.

Questionados sobre se sabiam o que faz um deputado federal, 83,33% daqueles que não participaram do POLITEIA afirmaram saber enquanto 92,3% daqueles que participaram afirmaram saber. Ou seja, a diferença não é muito grande entre os dois grupos quando se pergunta isso. No entanto, acreditando que esse resultado poderia ser falseado pelo constrangimento social de afirmar para um pesquisador de estudos legislativos que não sabe o que faz um deputado federal, perguntei o que faz um deputado federal logo depois e percebi nas respostas que eles realmente têm uma ideia muito clara do que faz um deputado. Não existem muitas diferenças entre os grupos nesse caso. A única diferença passível de nota, nesse caso é que o grupo participante do POLITEIA apresentou, na maioria dos casos, respostas mais complexas à questão, demonstrando maior segurança. Aqueles que não participantes respondiam algo relacionado à criação de leis e vez ou outra fiscalização e controle do executivo. A

votação do orçamento da União foi citada apenas por dois dos entrevistados, ambos participantes do Projeto POLITEIA.

A votação do orçamento da União pelo Congresso Nacional é uma das funções mais importantes dos parlamentares. A apresentação de emendas ao orçamento pode levar a realização das *pork barrel politics* que segundo Carlos Pereira e Lúcio Rennó (2001), em “O que é que o reeleito tem? Dinâmicas institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados”, uma vez aprovadas e obtendo o resultado factível – ou seja, emenda aprovada e dinheiro desembolsado pelo executivo – podem aumentar significativamente a probabilidade de reeleição dos parlamentares. O que demonstra que o desconhecimento sobre o papel dos deputados em termos de votação e emendamento do orçamento pode ser muito prejudicial à visão do papel do Deputado Federal de forma ampla.

Algo muito animador sobre o comportamento político dos estudantes universitários é que todos os entrevistados afirmaram se lembrar em quem tinham votado na última eleição. Esse pode ser um fator que demonstre que a apatia política dos universitários não é tão grande. No entanto, algo que deve ser levado em consideração é que a maioria dos estudantes questionados são estudantes de Ciência Política. Obviamente, a apatia política de um estudante de Ciência Política destoa da apatia do resto da sociedade.

Questionados sobre o motivo de ter optado pelo candidato escolhido, o critério mais citado pelos estudantes que não participaram do POLITEIA foi o bom trabalho feito pelo político anteriormente, seguido das propostas do político para a sociedade. Entre aqueles que participaram do Projeto o critério mais citado foi a afinidade com o partido político do candidato, seguido pela qualidade de suas propostas. Esse resultado é muito

interessante se voltarmos ao primeiro parágrafo do marco teórico desse trabalho, quando Bernard Manin é citado.

“O abismo entre representantes e representados tem aumentado a cada dia. Os eleitores não confiam mais em seus candidatos. A escolha de um representante não diz mais respeito ao seu programa de governo, ou o programa de governo do seu partido. Os cidadãos não são mais fiéis a um partido como costumavam ser e votam a cada eleição em um partido diferente. No passado, os partidos propunham um programa político que se comprometiam a cumprir. Hoje em dia os eleitores não enxergam mais a eleição como forma de fazer com que sua demanda por políticas públicas seja suprida. (MANIN, Bernard.)” (grifo meu)

Lendo o trecho acima e observando o resultado obtido na pesquisa, percebe-se que os fatores mais citados para a escolha de um candidato por aqueles que participaram do Projeto POLITEIA são aqueles que Manin afirma terem sido abandonados pela sociedade. Isso pode nos levar a crer que o contato com a linguagem política pode de fato ter combatido o abismo entre representantes e representados, uma vez que um dos sintomas dessa questão foi superado por aqueles que participaram do projeto. No entanto, o combate a um sintoma – a irrelevância do programa e do partido para a escolha do candidato – não significa que a doença – crise de representação – tenha sido combatida.

Para investigar melhor a questão da representação, os entrevistados foram questionados sobre a credibilidade que depositavam na representação de seu candidato uma vez que ele tenha sido eleito. Observou-se que a maioria dos participantes do POLITEIA acreditam que os seus candidatos eleitos o representarão de fato, o grupo que não participou do POLITEIA por sua vez em sua maioria acredita que não será representado ou não soube responder a pergunta.

Foi pedido aos entrevistados que elencassem entre algumas opções oferecidas quais daquelas seriam alternativas para que um candidato representasse melhor eleitor.

Os que não participaram citaram em sua maioria a opção prestar contas ao eleitor, assim como aqueles que participaram do projeto. A diferença nesse caso entre os grupos é que nenhum dos que não participou citou seguir o seu partido nas votações da casa como uma forma de melhor representar a sociedade. Enquanto esse fator foi citado por 30% dos participantes.

Por fim, era pedido aos entrevistados que definissem o conceito de representação. Muitos deles definiram representação repetindo as opções da questão anterior sobre o que eles acreditavam que um candidato deveria fazer para representar melhor o eleitor. Alguns entrevistados lembraram a discussão sobre democracia delegativa de Guillermo O'Donnell (2008). Os participantes conceituaram a representação como a atitude de agir delegado por outrem. A ideia de *accountability*, do mesmo autor, também foi citada ao definir representação por vários entrevistados. O que se percebe é que aqueles que participaram do evento tratam do assunto da representação com maior segurança e usando termos mais próximos ao jargão político.

A conclusão a que se chega diante de essa exposição de dados e análise de dados é sobre o que vou tratar na próxima parte.

Conclusão

A crise de representação política é anunciada na mídia diariamente como algo factível. A especialização cada vez maior dos universitários, também é facilmente percebida. A burocratização das atividades políticas e a utilização de uma linguagem cada vez mais sofisticada e distante da linguagem corrente dos representados podem ser verificadas por meio de questionários simples como o que foi apresentado nesse trabalho.

Um projeto como o POLITEIA que faz com que alguns estudantes entrem em contato com a linguagem por meio da prática política pode ser uma alternativa para combater a apatia política que é uma das principais causas da crise de representação. A sociedade em geral, por desconhecer o que se passa dentro do Congresso Nacional, fica cada vez mais desconfiada em relação à instituição e por consequência disso aumenta o descrédito na qualidade de representação.

Analisando os resultados dos questionários, percebe-se que de fato o POLITEIA faz com que antigos valores como os citados por Bernard Manin como sintomas da crise de representação, como a conferência de insignificância aos partidos políticos e a seus programas na escolha de um candidato nas eleições, são resgatados por aqueles que participam do projeto. Logo a ideia de Manin de que isso não se dá mais, não se aplica ao caso dos participantes do POLITEIA.

Ao participar do projeto, o universitário percebe o quão a figura do líder – que é o representante do partido na casa – é importante em uma série de fatores que pode determinar a qualidade da representação feita pelo eleito. Ou seja, diante dessa realidade o Partido Político de que um candidato faz parte não pode ser ignorado quando é feita a opção por esse ou aquele partido.

A ideia de que no Brasil não existe fidelidade partidária é facilmente contestável. Como argumentam Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1994), em “Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional” o Colégio de líderes tem preponderância sobre a definição da agenda, e a forma que a agenda é definida é um dos principais fatores que contribuem ou prejudicam a ação de um deputado na câmara. É o líder quem vai conseguir conferir urgência a um projeto, o que confere celeridade à sua aprovação ou rejeição. Se um projeto é ignorado por um líder é possível que ele fique anos na não-decisão. Ou seja, a dependência do deputado da

atuação do líder não permite que ele tome qualquer atitude que contrarie o seu partido sem ter conseqüências.

Essa dependência entre deputado e líder é determinada pelas normas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e é reproduzida no POLITEIA. Ou seja, essa questão que é obscura para a grande maioria da população, fica clara para os participantes em sua experiência como parlamentares. Esse fator faz com que a sua visão sobre a representação e a sua opinião sobre a influência dos partidos nessa é modificada.

Outra conclusão a que se chega pela observação do projeto é que o comportamento dos deputados é em grande parte determinado pelas instituições. Isso é constatável, pois, se as normas, o espaço, os processos são iguais, as instituições são as mesmas, o que muda são os indivíduos. O que prepondera é uma reprodução do comportamento, ou seja, as instituições determinam em grande parte o comportamento dos indivíduos quando ocupam o cargo de representantes. Essa ideia tem que ser amadurecida, mas já pode ser observada superficialmente nesse trabalho.

É importante nessa conclusão, também tratar sobre o futuro do projeto, sobre os próximos passos. A edição de 2011, que aconteceu antes da realização desse trabalho, no entanto, não a tempo suficiente de seus dados serem incorporados à análise já mostrou o tamanho potencial do projeto para se ampliar. A cada ano mais estudantes de fora de Brasília se dispõem a participar. Para 2012, a equipe da organização pretende crescer e ainda não é certo, mas como é de praxe o evento deve aumentar suas vagas para crescer junto com ela.

O crescimento do projeto, também, pode ser seguido de um crescimento do seu uso como ferramenta de pesquisa. Questionamentos sobre a eficiência da Câmara dos Deputados, sobre a relevância de uma norma para o comportamento dos Deputados, sobre a influência de projetos como esse no comportamento de indivíduos, etc, podem

ser pesquisados utilizando o POLITEIA como um laboratório de testes e os estudantes como um grupo controle.

A observação do projeto é de grande inspiração para pesquisas e estudos sobre o legislativo. Durante a contemplação surgem diversos questionamentos que podem ser sanados com o uso ou não do próprio como ferramenta.

Anexo

QUESTIONÁRIO

Comportamento Político

Esse questionário é parte da pesquisa realizada para o projeto final de monografia de uma graduanda em Ciência Política e pretende entender melhor o quanto os estudantes universitários se interessam por política e o que precisa ser feito para esse interesse aumentar se for pequeno. Ficaria muito grata se respondesse as questões abaixo. A sua opinião é muito importante.

Nome:

Você se sente apto a participar da política?

- A) SIM;
- B) NÃO;
- C) NÃO SEI.

Você se sente apto a se candidatar a deputado federal?

- A) SIM;
- B) NÃO;
- C) NÃO SEI.

Você sabe o que faz um deputado federal?

- A) SIM;
- B) NÃO.

O que faz um deputado federal?

Você lembra em quem você votou para deputado federal na última eleição?

- A) SIM;
- B) NÃO;
- C) NÃO SEI.

(Se respondeu sim) Por que escolheu esse candidato? – NESSA QUESTÃO ERA POSSÍVEL ESCOLHER MAIS DE UMA ALTERNATIVA.

- Fez um bom trabalho como político anteriormente;
- Afinidade com seu partido político;
- Poderia me favorecer pessoalmente;
- Era o candidato da minha classe;
- Foi honesto;
- Tem propostas interessantes para a sociedade.

Você acredita que o deputado de fato te representará quando na Câmara?

- A) SIM;
- B) NÃO;
- C) NÃO SEI.

O que você acha que um Deputado tem que fazer para representar bem o seu eleitorado e a população em geral?

- consultar o seu eleitorado antes de tomar as decisões;
- Prestar contas das suas ações ao povo;
- Não esquecer de quem o colocou naquele cargo;
- Formar sua opinião sem ser influenciado pela mídia nem por grupos de pressão;
- Participar ao máximo de reuniões de comissões, sessões plenárias e apresentar o máximo de projetos possível;
- Seguir o seu partido nas votações da casa;
- Não sei.

Como você define o conceito de representação política?

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A distinção. São Paulo: EDUSP 2007.

Constituição da República Federativa do Brasil, 2010;

CÔELHO, Denilson B. Descentralização e Inovação Institucional: A Política Pública de Qualificação Profissional em Pernambuco e na Bahia (1996-2002). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 29:10 1995. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_10.htm> acessado em 28 Jan. 2011.

MANIN, Bernard .As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais 29: 5. 1995. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm>. acessado em 28 Jan. 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 51, Feb. 2003 . Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S010269092003000100009&lng=en&nrm=iso>. acessado em 28 Jan. 2011. doi: 10.1590/S0102-69092003000100009.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582002000300006&lng=en&nrm=iso>. acessado em 28 Jan. 2011. doi: 10.1590/S0011-52582002000300006.

MILL, J. Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. Brasília: UNB, 2011.

O'DONNELL, Guillermo A. *Democracy Delegative*. *Journal of democracy*. 2008.

PACHECO, Luciana Botelho. *Como se fazem as leis*. 2ª edição. Brasília, 2009.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Feb. 2011. doi: 10.1590/S0011-52582001000200004.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados. 2010;

SANTOS, Fabiano. *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

WIKIPÉDIA – A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Politeia>> Acessado em: 02 de Fev. 2011.